

# direito das sucessões

@beatriznamiestudies

↳ Herança vacante: é aquela de cujos herdeiros não se tem conhecimento. Diante da aparente falta de titular, os bens da herança serão arrecadados e entregues para serem guardados por um curador, até que se dê a habilitação de sucessor ou, na sua falta, a declaração de vacância.

A arrecadação seguir-se-á o inventário dos bens e a publicação de editais p/ a convocação de herdeiros à habilitação. Durante a vacância, podem os credores exigir o pagamento das dívidas, nos limites das forças da herança.

**importante** → passado 1 ano da primeira publicação sem que se verifique pedido de habilitação de herdeiro, será a herança declarada vacante, sendo proclamada de ninguém.

↳ a declaração de vacância será, todavia, imediata caso todos os herdeiros, conhecidos, renunciem à herança. Constitui efeito da declaração de vacância a exclusão dos colaterais, que não mais poderão se habilitar na sucessão.

▷ Se nos 5 anos após a abertura da sucessão não se habilitarem herdeiros, os bens arrecadados passarão ao domínio do poder público: do Município ou do DF, se localizados nas respectivas circunscrições; da União, quando situados em território federal.

↳ Petição de herança: a ação de petição de herança é manejada pelo herdeiro preterido com a finalidade de ver reconhecido o seu título sucessório, assim como obter a restituição da herança pelos seus possuidores.

trata-se de ação de natureza cognitiva, com pretensão declaratória e condenatória, constituindo ação real imobiliária e universal, por discutir direito à ~~vista~~ sucessão aberta, imóvel para efeitos legais. A procedência da ação produz o reconhecimento da ineficácia de partilha anteriormente realizada em relação ao autor da ação.

legitimidade: em regra, tem legitimidade ativa, o herdeiro preterido, legítimo ou testamentário, podendo contemplar todo o acer-



vo em seu pedido e são legitimados ativos os possuidores da herança, sejam ou não herdeiros, de boa ou má-fé.

▷ herdeiro aparente: o herdeiro aparente exerce em princípio posse de boa-fé. nessas condições, reconhece o legislador a eficácia das alienações de bens do monte por ele feitas, a título oneroso, a terceiros de boa-fé, cabendo àquele apenas restituição do valor dos bens, esteja ou não de boa-fé.

▷ Súmula 449 STF: a pretensão de reconhecimento de estado de é imprescritível, ao passo que a pretensão relativa aos direitos fundamentais decorrentes de tal reconhecimento aplica-se o prazo prescricional geral de 10 anos.

@beatriznamiestudies